

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros

**Demonstrações Financeiras
Intermediárias em 30 de junho de
2018**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	14

Relatório da Administração

Em cumprimento aos dispositivos legais vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração, as demonstrações financeiras intermediárias da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (“MAPFRE RE” ou “Resseguradora”), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018 em comparabilidade com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e com o semestre findo em 30 de junho de 2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP, em consonância com as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

A MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros está completando este ano 10 anos de atuação no mercado brasileiro, como Resseguradora Local, sendo uma das primeiras resseguradoras internacionais a aportar e confiar neste mercado, contribuindo desde então para a consolidação do mercado aberto de resseguros.

O primeiro semestre de 2018 segue com inúmeros desafios nos cenários econômicos e políticos e caracterização de um mercado de resseguro mais competitivo aqui no Brasil. Apesar de todos os desafios e dificuldades apresentadas neste primeiro semestre, a MAPFRE RE, obteve, em 30 de junho de 2018, um lucro líquido depois de impostos de R\$ 8.673 milhões. O resultado obtido é fruto de uma prudente política de subscrição combinada com uma equipe com um profundo conhecimento técnico, totalmente focado para a estratégia da Resseguradora, Inovação nos serviços utilizando os mais avançados recursos tecnológicos.

Com uma atuação pautada na solvência, a MAPFRE RE, emitiu no semestre prêmios líquidos de comissão o montante de R\$ 88.395 milhões, apresentando uma redução de 6,93% no mesmo período do ano anterior. Os prêmios de retrocessão líquidos de comissão alcançaram uma redução de 54% em relação ao semestre do ano anterior devido a alteração das políticas de retrocessão, onde se definiu uma atuação com maior retenção de risco na Resseguradora.

O índice de sinistralidade do aceite ficou em 103% que combinado com o resultado de retrocessão apresentamos um índice de 79% do prêmio ganho, permanecendo no mesmo patamar em comparação ao ano anterior, neste exercício houve ocorrência de sinistros relevantes na carteira da Resseguradora, todavia não causaram impactos financeiros relevantes devido a política de retrocessão.

As despesas com corretagem atingiram 2% dos Prêmios Ganhos, permanecendo no mesmo patamar em relação ao mesmo período do ano anterior.

As despesas administrativas representaram 4,54% dos Prêmios Ganhos, permanecendo no mesmo patamar em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os investimentos da Resseguradora representam um montante de R\$ 379.571 milhões, demonstrando uma redução de 4,34% em relação ao exercício anterior.

Como pode ser verificado pelos números apresentados, a MAPFRE RE segue com solidez financeira e liquidez para honrar os seus compromissos.

A perspectiva para o segundo semestre de 2018 é manter o desenvolvimento sustentável da operação, mantendo a prudência na subscrição, aproveitar as oportunidades de

negócios, controlar as despesas administrativas e a gestão de riscos com foco na orientação do cliente. Seguir contribuindo com a estabilização das regras aplicáveis à atividade de resseguro e das práticas de mercado, focando na solvência, lucratividade, inovação que caracterizam a MAPFRE RE em sua atividade global.

Atendendo ao disposto na Circular SUSEP nº 517/15, e posteriores alterações, com base nos dados obtidos em modelos estatísticos, atuariais e financeiros, a MAPFRE RE do Brasil declara ter capacidade financeira de manter até o vencimento os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento", detalhados em nota explicativa específica.

A Administração da MAPFRE RE aproveita a oportunidade para agradecer o apoio e orientações oferecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e às demais autoridades do setor, bem como aos nossos acionistas, parceiros e clientes pela confiança depositada e, aos nossos profissionais, pela dedicação, qualidade e técnica nos trabalhos prestados.

São Paulo, 31 de agosto de 2018.





KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e aos Acionistas da

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguro (“Resseguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguro em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Resseguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A Administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros

Balanços patrimoniais
Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2018	31/12/2017
Ativo			
Circulante		583.475	578.190
Disponível		18.273	11.886
Caixa e bancos	4	18.273	11.886
Equivalentes de caixa	4	254	289
Aplicações	5	351.168	368.094
Créditos das operações com resseguros e retrocessão		138.223	126.545
Operações com seguradoras	6a1	99.095	91.440
Operações com resseguradoras	6a1	39.128	35.105
Ativos de resseguros e retrocessão - provisões técnicas	15	59.438	55.413
Títulos e créditos a receber		16.078	15.954
Títulos e créditos a receber		31	5
Créditos tributários e previdenciários	7	15.776	15.882
Outros créditos		271	67
Despesas antecipadas		41	9
Não circulante		273.167	268.968
Realizável a longo prazo		268.679	264.370
Aplicações	5	28.403	27.959
Ativos de resseguros e retrocessão - provisões técnicas	15	240.276	236.411
Imobilizado	8	4.487	4.596
Imóveis de uso próprio		3.908	3.939
Bens móveis		579	657
Intangível	8	1	2
Outros intangíveis		1	2
Total do ativo		856.642	847.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros

Balanços patrimoniais
Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2018	31/12/2017
Passivo			
Circulante		250.034	272.916
Contas a pagar		4.763	15.568
Obrigações a pagar	12a	922	12.564
Impostos e encargos sociais a recolher		272	2.088
Encargos trabalhistas		619	649
Impostos e contribuições	11	2.950	267
Débitos de operações com resseguros e retrocessão		41.508	48.568
Operações com resseguradoras	6a2	39.364	46.815
Corretores de resseguros		2.144	1.753
Depósitos de terceiros	10	5.945	1.727
Provisões técnicas - resseguradoras	15	197.818	207.053
Não circulante		421.653	397.960
Contas a pagar		773	1.261
Outras contas a pagar	12b	773	1.261
Provisões técnicas - resseguradoras	15	420.880	396.699
Patrimônio líquido	13	184.955	176.282
Capital social		100.040	84.840
Aumento de capital social (em aprovação)		-	15.200
Reserva de lucros		76.242	76.242
Lucros acumulados		8.673	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		856.642	847.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	30/06/2018	30/06/2017
Prêmios emitidos líquidos	18c	88.395	94.975
Variações das provisões técnicas		9.770	2.960
Prêmios ganhos	18a	98.165	97.935
Sinistros ocorridos	18d	(101.272)	(72.193)
Custos de aquisição	18e	(2.057)	(1.456)
Outras receitas e despesas operacionais	18j	(4.364)	(2.022)
Resultado com retrocessão	18f	18.636	(5.638)
Despesas administrativas	18g	(4.183)	(4.545)
Despesas com tributos	18h	(4.452)	(3.841)
Resultado financeiro	18i	15.603	20.427
Receitas financeiras		29.261	30.926
Despesas financeiras		(13.658)	(10.499)
Resultado patrimonial		31	29
Resultado operacional		16.107	28.696
Perdas com ativos não correntes		(7)	(19)
Resultado antes dos impostos e participações		16.100	28.677
Imposto de renda	19	(3.908)	(7.056)
Contribuição social	19	(3.149)	(5.667)
Participações sobre o lucro		(370)	(356)
Lucro líquido do semestre		8.673	15.598
Quantidade de ações		83.494.279	83.494.279
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		0,10	0,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros

Demonstrações do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Lucro líquido do período	8.673	15.598
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período líquido dos impostos	8.673	15.598
Controladores	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital social (em aprovação)	Reserva de lucros			Total
			Legal	Estatutária	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	84.840	-	6.655	80.319	-	171.814
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	15.598	15.598
Saldos em 30 de junho de 2017	84.840	-	6.655	80.319	15.598	187.412
Saldos em 31 de dezembro de 2017	84.840	15.200	8.240	68.002	-	176.282
Aprovação do aumento de capital, conforme Portaria SUSEP/DIORG n.º 771, de 01 de fevereiro de 2018	15.200	(15.200)	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	8.673	8.673
Saldos em 30 de junho de 2018	100.040	-	8.240	68.002	8.673	184.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros

Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

	30/06/2018	30/06/2017
Atividades operacionais		
Recebimentos de prêmios de resseguro e outros	80.594	90.121
Recuperações de sinistros e comissões	31.807	38.768
Outros recebimentos operacionais	14.205	9.301
Pagamentos de sinistros e comissões	(81.240)	(77.663)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(26.988)	(5.503)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(13.117)	(10.673)
Pagamentos de despesas e obrigações	(11.949)	(8.772)
Pagamentos de participações nos resultados	(778)	(746)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	(7.466)	34.833
Impostos e contribuições pagos	(4.765)	(8.104)
Juros pagos	(153)	(77)
Investimentos financeiros		
Aplicações	(49.826)	(33.000)
Vendas e resgates	78.997	19.650
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	16.787	13.302
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(123)	(581)
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	93	110
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(30)	(471)
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	-	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(10.405)	(9.324)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(10.405)	(9324)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	6.352	3.507
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	12.175	7.994
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	18.527	11.501

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM O CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Lucro líquido do semestre	8.673	15.598
Depreciações e amortizações	133	107
Pagamento de juros sobre o capital próprio	10.405	9.324
Perdas com ativos não correntes	7	19
Variações das contas de:		
Aplicações financeiras	16.482	(33.668)
Crédito das operações de resseguro	(11.678)	2.697
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(7.890)	(2.838)
Títulos e créditos a receber	(124)	2.035
Despesas antecipadas	(32)	(28)
Contas a pagar	(11.293)	(7.460)
Débito das operações de resseguro	(7.060)	28.528
Depósito de terceiros	4.218	5.394
Passivos de resseguro - provisões técnicas	14.946	(6.406)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	16.787	13.302

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

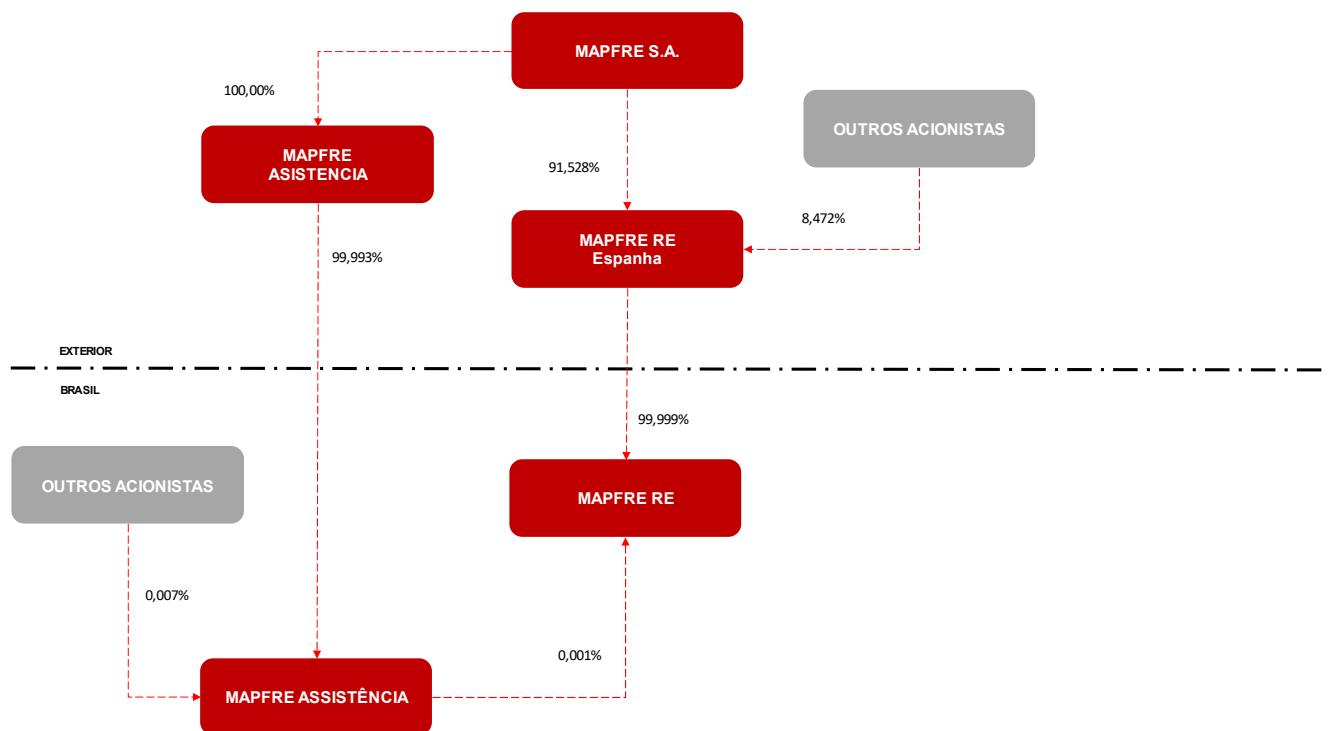
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2018 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (doravante designada por “Resseguradora” ou “Companhia”), com sede no Brasil, à Rua Olimpíadas, 242, São Paulo, Capital, CNPJ 01.396.770/0001-68, tem como objetivo social: (a) as atividades de resseguro e retrocessão, tal como previsto na legislação em vigor; e (b) todas as atividades necessárias ao desenvolvimento das atividades previstas no item (a) acima.

O controle acionário da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros é exercido pela MAPFRE RE, Companhia de Reaseguros S.A., sociedade organizada e existente de acordo com as leis da Espanha, tendo 99,99% de participação societária nas ações ordinárias da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros.



2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias

a) Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e, alterações posteriores, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Resseguradora (CPC 21).

A Administração da Resseguradora considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 31 de agosto de 2018.

A Resseguradora reclassificou as comissões de resseguro pagas aos *brokers* da rubrica "Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros" para "Pagamentos de sinistros e comissões" e os demais impostos que estavam apresentados na rubrica "Impostos e contribuições pagos" foram reclassificados para a rubrica "Pagamentos de despesas e obrigações", tal reclassificação se deve em função ao CPC 03, que orienta a apresentação na linha "Impostos e contribuições pagos" apenas o Imposto de renda e a Contribuição social sobre o lucro. Essas reclassificações foram realizadas, para melhor apresentação e comparabilidade. Tais ajustes, não impactaram o fluxo de caixa gerado/(consumido) nas atividades operacionais do período.

b) Base para mensuração e moeda funcional

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda. A moeda funcional da Resseguradora é o Real. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data do balanço.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem:

- (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias:
 - Nota 5 - Aplicações financeiras; - Nota 6 - Operações com seguradoras e resseguradoras; e, - Nota 15 - Provisões técnicas.
- (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.
 - Nota 6 - Operações com seguradoras e resseguradoras; - Nota 15 - Provisões técnicas; e, Nota 17 - Gerenciamento de riscos.

d) Segregação entre circulante e não circulante

A Resseguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente.

A Resseguradora efetua a revisão dos valores inscritos no ativo e no passivo circulante, com o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido, como por exemplo, as provisões e ativos ligados às provisões técnicas, tiveram seus valores divulgados no ativo/passivo não circulante através dos percentuais apurados pelo estudo do Teste de Adequação de Passivo (TAP).

e) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Resseguradora, encontra-se:

O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros: Substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

O CPC 48/IFRS 9 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9/CPC 48, de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39/CPC 38 para os períodos anuais até antes de até 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com resseguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016 e 2017, essa predominância em atividades de resseguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 foram cumpridos. Diante disso, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 48 até a data efetiva do IFRS 17.

A IFRS 17 - Contratos de seguros: A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de resseguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia.

A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021.

Os normativos CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3. Principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário disponível em caixa, saldos positivos em conta movimento, investimentos financeiros resgatáveis compreendidos no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e vencimento, com risco insignificante de alteração de seu valor justo, e que não afetem a vinculação com os ativos garantidores das provisões técnicas.

b) Ativos financeiros

A Resseguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; (iv) empréstimos e recebíveis; e (v) determinação do valor justo. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

i. *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Resseguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

ii. *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

iii. *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do período.

iv. *Empréstimos e recebíveis*

Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de resseguros, tais como os saldos de prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras e valores a receber e direitos junto a retrocessionários, que são avaliados, periodicamente, quanto a sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do período.

v. *Determinação do valor justo*

Os valores justos têm sido apurados com a finalidade de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na Nota nº 5.

c) Contratos de resseguros

A Resseguradora emite contratos de resseguro que visam fornecer capacidade de cobertura de riscos para as Seguradoras e Resseguradoras (denominadas “cedentes”). O contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro visto que é definido como uma operação em que o emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso da ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente, nos termos do Pronunciamento Contábil CPC n.º 11.

d) Prêmios de resseguros e custos de aquisição diferidos

Os prêmios de resseguros, os prêmios cedidos em retrocessão e os custos de aquisição correspondentes às operações de resseguro são registrados na data da emissão dos contratos e apropriados ao resultado ao longo do período de vigência do risco. Nos casos em que os prêmios de resseguro são determinados por referência aos seus volumes de produção indicada pela cedente (EPI), os prêmios e comissões são registrados por estimativa e ajustados no momento em que as prestações de contas com os valores efetivos são enviadas pelas cedentes.

Essas estimativas são revisadas e recalculadas mensalmente.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de cada fechamento e reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Resseguradora estão divulgadas abaixo:

Grupo de ativos	Vida útil estimada (anos)	Taxa de depreciação (%)
Imóveis	50	2
Móveis e utensílios	5	20
Veículos	5	20
Equipamentos	5	20

f) Intangível

Compreende *softwares* apresentados na Nota nº 8 cuja amortização é efetuada a taxas anuais de 20%.

g) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Ativos não financeiros

Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de resseguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente.

É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

h) Teste de adequação do passivo

Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de resseguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de resseguros. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517/2015.

Para esse teste, a Resseguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas correntes. Os fluxos de caixa futuros foram definidos a partir de segmentos de negócios e premissas alinhados com a sua gestão dos riscos de resseguro, considerando-se a experiência da Resseguradora no Brasil. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente considerando as taxas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco e cupom cambial definida pela SUSEP. Caso seja identificada insuficiência das provisões de prêmios, deve ser constituída a provisão complementar de cobertura para reconhecer esse montante. Os ajustes decorrentes de insuficiência nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos já registrados na data-base.

As principais premissas utilizadas no teste foram:

Premissas	Descrição
Taxa de desconto	Taxa de juros livre de risco pré-fixada (SUSEP)
Grupo de ramo	Sinistralidade
Resseguros de Danos	55,3%
Resseguro de Pessoas	78,7%

i) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG), é constituída pela parcela do prêmio correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método “pro rata die” e atualizada monetariamente, quando aplicável.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL), é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data do balanço, de acordo com a responsabilidade da Resseguradora.

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados e a metodologia de apuração considera a estimativa do montante de indenizações e despesas de sinistros por ano de subscrição, grupo de ramo e tipo de negócio, deduzindo-se os sinistros avisados até a data base das demonstrações financeiras. Os percentuais utilizados para estimar os sinistros são aplicados sobre os prêmios emitidos dos últimos 36 meses e são definidos com base na experiência histórica da Companhia.

A provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER), é constituída, por meio de estimativa, para complementar a PSL na cobertura do desenvolvimento dos sinistros ocorridos que tenham sido avisados ou não e que não foram pagos, visando adequar possível insuficiência dos sinistros informados pelas Seguradoras e/ou Resseguradoras e a avaliação será realizada pela administração da Companhia.

A provisão de excedentes técnicos (PET), é constituída para os contratos com cláusulas de comissões variáveis em função de sinistralidade e a participação em lucros e/ou perdas, estimando-se individualmente o valor destinado à distribuição de excedentes.

Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas podem não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação a sinistros, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar os sinistros) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros considerados possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas.

Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores e são avaliados consistentemente com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos aos retrocessionários são compostos substancialmente por prêmios a serem pagos por contratos de retrocessão, consistente com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação de retrocessão são amortizados durante o período de vigência do risco dos contratos.

j) Patrimônio líquido

i. *Capital social*

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 83.494.279 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

ii. *Juros sobre o capital próprio*

A distribuição de juros sobre o capital próprio para os acionistas da Resseguradora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício, com base no estatuto social da Resseguradora.

Para fins de divulgação é realizada a demonstração a título de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) conforme estabelecido pela SUSEP. O benefício tributário dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

iii. *Dividendos*

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos são reconhecidos quando pagos ou quando sua distribuição é deliberada pelos acionistas.

iv. *Reserva legal*

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, na base de 5% do lucro líquido no final de cada exercício até atingir 20% do capital social.

v. *Reservas estatutárias*

O montante de lucros não destinado à remuneração dos acionistas e a reserva legal será retido em reservas estatutárias, até o limite do capital social no final de cada exercício.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 120 no período e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros.

O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis.

As antecipações das estimativas mensais realizadas a título de imposto de renda e contribuição social são registradas como redutoras na linha de "Impostos e contribuições" no passivo circulante.

l) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

i. *Reconhecimento de receita*

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos cancelamentos, devoluções, abatimentos e dos descontos concedidos. O reconhecimento ocorre quando: (i) o valor desta pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

ii. *Prêmios emitidos*

Os prêmios emitidos contemplam os prêmios efetivos acrescidos da parcela de prêmios estimados (EPI), sendo reconhecidos na data do início de vigência do contrato de resseguro e ajustados quando do recebimento das prestações de contas recebidas das cedentes.

iii. *Receitas e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos.

m) Participação nos lucros

A Resseguradora registra mensalmente a provisão da participação nos lucros com base no programa anual de participação dos empregados nos lucros da Resseguradora.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Títulos	30/06/2018	31/12/2017
Numerário disponível e saldos em bancos	18.273	11.886
Caixa e bancos	18.273	11.886
Aplicações em fundos de alta liquidez não oferecidos em garantia das provisões técnicas	254	289
Equivalentes de caixa	254	289
Total	18.527	12.175

5. Aplicações financeiras

a) Composição das aplicações financeiras

Títulos	Vencimento				Valor contábil (E = A + B + C + D)	Ativos			Total			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	Acima de 360 dias	Sem vencimento		Valor curva	Valor justo	Ganho/(perda) não realizada	2018	%	2017	%
	(A)	(B)	(C)	(D)		(F)	(G)	(G - F)	(E)	(E)	(H)	(H)
Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado	62.261	48.260	240.674	(27)	351.168	351.259	351.168	(91)	351.168	92,52%	368.094	92,94%
Vinculados à cobertura de reservas técnicas:												
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	42.031	-	-	42.031	42.031	42.031	-	42.031	11,07%	40.708	10,28%
Fundos exclusivos:												
Vinculados à cobertura de reservas técnicas:												
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	6.226	240.671	-	246.897	246.988	246.897	(91)	246.897	65,05%	253.180	63,92%
Operações Compromissadas (*)	62.261	-	-	-	62.261	62.261	62.261	-	62.261	16,40%	74.228	18,74%
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	3	3	-	6	6	6	-	6	0,00%	5	0,00%
Caixa/contas a pagar	-	-	-	(27)	(27)	(27)	(27)	-	(27)	0,00%	(27)	0,00%
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	28.403	-	28.403	28.403	28.450	47	28.403	7,48%	27.959	7,06%
Fundos exclusivos:												
Vinculados à cobertura de reservas técnicas:												
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	11.318	-	11.318	11.318	12.015	697	11.318	2,98%	11.236	2,84%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	17.085	-	17.085	17.085	16.435	(650)	17.085	4,50%	16.723	4,22%
Total Geral	62.261	48.260	269.077	(27)	379.571	379.662	379.618	(44)	379.571	100,00%	396.053	100,00%

(*) Composto substancialmente por títulos públicos utilizados como lastro para operações compromissadas, contabilizados pelo custo de aquisição e acrescidos de rentabilidade do período, tendo seu valor contábil muito próximo ao valor de mercado.

Quotas de fundo de investimento e títulos em carteira própria

O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Resseguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Todas as aplicações financeiras da Resseguradora, em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são classificadas no Nível 1.

b) Taxa de juros contratada

Descrição títulos	30/06/2018		31/12/2017	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Operações compromissadas	6,38	6,38	6,88	6,88
TDA	10,04	10,03	10,04	10,03
LFT	14,28	6,75	14,33	7,24
NTN-B	6,00	4,84	6,00	4,84
NTN-F	12,70	10,60	12,70	10,60

c) Movimentação das aplicações financeiras

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Saldo inicial	396.053	357.124
Aplicações	49.826	33.000
Resgates	(78.997)	(19.650)
Rendimentos	12.689	20.318
Saldo final	379.571	390.792

6. Operações com seguradoras e resseguradoras

a) Operações com seguradoras e resseguradoras

a.1) *Créditos das operações com seguros e resseguros*

Os saldos de créditos de operações com seguradoras e resseguradores estão assim apresentados:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Operações com seguradoras		
Prêmios de resseguros aceitos estimados - EPI (a)	37.509	30.536
Prêmios de resseguros aceitos efetivos (b)	61.426	60.904
Sinistros a recuperar (c)	160	-
	<u>99.095</u>	<u>91.440</u>
Operações com resseguradoras		
Prêmios de retrocessão aceitos estimados - EPI (a)	488	182
Prêmios de retrocessão aceitos efetivos (b)	216	217
Sinistros a recuperar (c)	37.700	33.729
Outros créditos a receber	724	977
	<u>39.128</u>	<u>35.105</u>
Total	<u>138.223</u>	<u>126.545</u>

(a) Vide nota 6b2.

(b) Vide nota 6b1.

(c) A Resseguradora mantém um estudo interno e avalia periodicamente se há evidência objetiva de que as recuperações de sinistros possam estar deterioradas. O estudo leva em consideração as contrapartes envolvidas, classificação de rating por histórico de adimplência, retrocessionários com valores já recebidos e ainda não baixados apresentados na rubrica depósito de terceiros e tratamento especial para os retrocessionários em negociação. No semestre findo em 30 de junho de 2018, o estudo não identificou necessidade de constituição de Redução ao Valor Recuperável (RVR).

a.2) *Débitos de operações com seguros e resseguros*

Os saldos de débito de operações com resseguradores estão assim apresentados:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prêmios de retrocessão cedidos estimados - EPI (a)	13.149	6.128
Prêmios de retrocessão cedidos efetivos (b)	26.215	40.687
Total	<u>39.364</u>	<u>46.815</u>

(a) Vide nota 6b2.

(b) Vide nota 6b1.

b) Composição dos prêmios a receber e retrocedidos

b.1) *Composição dos prêmios a receber e retrocedidos efetivos*

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	30/06/20	31/12/2017	30/06/201	31/12/2017
Patrimonial	37.273	30.464	7.506	18.003
Riscos financeiros	18.704	18.123	16.784	20.415
Transportes	2.057	4.405	1.700	1.453
Pessoas coletivo	2.056	1.038	(430)	(617)
Responsabilidade civil	696	374	-	608
Marítimos	312	226	15	16
Automóvel	247	401	-	-
Rural	182	669	453	650
Habitacional	113	4.434	-	-
Petróleo	2	958	174	148
Aeronáuticos	-	20	13	11
Pessoas individual	-	9	-	-
Total	61.642	61.121	26.215	40.687

b.2) *Composição dos prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)*

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	30/06/20	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Patrimonial	15.166	14.381	7.416	4.140
Pessoas coletivo	9.907	7.370	-	-
Riscos financeiros	5.250	5.064	2.651	1.606
Pessoas individual	3.014	2.261	-	-
Responsabilidade civil	2.724	117	2.557	38
Habitacional	1.144	924	-	-
Rural	495	344	495	344
Transportes	281	245	30	-
Marítimos	16	12	-	-
Total	37.997	30.718	13.149	6.128

(*) Os valores demonstrados nos prêmios a receber estão contemplados nas linhas de Operações com Seguradoras e Operações com Resseguradoras. Vide nota 6a1.

(**) Os valores demonstrados nos prêmios retrocedidos estão contemplados na linha de Débitos de Operações com seguros e resseguros. Vide nota 6a2.

c) Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos

c.1) *Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos efetivos*

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Saldo início do período	61.121	59.638	40.687	27.150
Constituições/(baixas)	521	2.179	(14.472)	25.687
Saldo final do período	61.642	61.817	26.215	52.837

c.2) *Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos estimados*

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Saldo início do período	30.718	37.138	6.128	11.916
Constituições	7.279	2.675	7.021	2.826
Saldo final do período	37.997	39.813	13.149	14.742

(*) Os valores demonstrados nos prêmios a receber estão contemplados nas linhas de "Operações com seguradoras" e "Operações com resseguradoras".

(**) Os valores demonstrados nos prêmios retrocedidos estão contemplados na linha de "Débitos de operações com seguros e resseguros".

d) Fluxo de realização dos prêmios a receber e retrocedidos

d.1) *Prazos médios de recebimento*

A Resseguradora possui diversos contratos de resseguro, os quais possuem acertos e prazos médios de pagamentos distintos, o prazo de parcelamento médio em 30 de junho de 2018 é de 74 dias (70 dias em 31 de dezembro de 2017).

d.2) *Prazos de realização por data de vencimento dos prêmios emitidos*

	Prêmios a receber (a)		Prêmios retrocedidos (b)	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Vincendos				
1 a 30 dias	6.024	6.352	3.558	18.716
31 a 60 dias	6.967	12.792	-	-
61 a 120 dias	17.705	15.620	2.050	-
121 a 180 dias	2.988	2.278	-	-
181 a 365 dias	20.588	3.579	2.050	-
Acima de 365 dias	465	17.035	-	-
Total vincendos	54.737	57.656	7.658	18.716
Vencidos				
31 a 60 dias	2.066	1.977	-	-
61 a 120 dias	1.966	395	223	102
121 a 180 dias	1.930	290	-	-
181 a 365 dias	943	803	391	2.131
Acima de 365 dias	-	-	17.943	19.738
Total vencidos	6.905	3.465	18.557	21.971
Total de prêmios a receber efetivos	61.642	61.121	26.215	40.687

(a) Vide nota 6a1.

(b) Vide nota 6a2.

A Resseguradora mantém estudo interno e avalia periodicamente se há evidência objetiva de que os prêmios de resseguro a receber possam estar deteriorados. O estudo leva em consideração as contrapartes envolvidas, classificação de *rating* por histórico de adimplência, clientes com saldos de prêmios já recebidos e ainda não baixados apresentados na rubrica depósito de terceiros e tratamento especial para clientes em negociação. No semestre findo em 30 de junho de 2018, o estudo não identificou necessidade de constituição de Provisão de Créditos para Liquidação Duvidosa (PCLD).

d.3) *Prazos médios de realização por data de vencimento dos prêmios estimados (EPI)*

<u>Vincendos</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
1 a 30 dias	29.829	17.727
31 a 60 dias	7.322	11.751
61 a 120 dias	846	1.240
Total de prêmios a receber (EPI)	37.997	30.718

Os critérios de realização foram compostos de acordo com o prazo de envio da prestação de contas definido nos contratos de resseguro.

7. Créditos tributários e previdenciários

<u>Circulante</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda a compensar	6.807	2.497
Contribuição social a compensar	7.817	4.502
Antecipação do imposto de renda (a)	-	4.094
Antecipação da contribuição social (a)	-	3.079
COFINS a compensar	542	473
PIS a compensar	164	147
Imposto de renda sobre adições temporárias	-	291
Contribuição social sobre adições temporárias	-	233
Outros impostos	446	566
Total	15.776	15.882

(a) Nestas rubricas, são registrados os pagamentos de estimativa mensais do imposto de renda e contribuição social pagos a maior.

8. Ativo imobilizado e intangível

30/06/2018					
Imobilizado	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo final
Imóveis (a)	3.939	-	-	(31)	3.908
Móveis e utensílios	120	-	-	(29)	91
Veículos	427	-	(95)	(48)	284
Equipamentos	110	123	(5)	(24)	204
Total	4.596	123	(100)	(132)	4.487

30/06/2017					
Imobilizado	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo final
Imóveis (a)	4.000	-	-	(31)	3.969
Móveis e utensílios	157	15	-	(28)	144
Veículos	134	501	(129)	(29)	477
Equipamentos	83	65	-	(18)	130
Total	4.374	581	(129)	(106)	4.720

(a) O valor registrado na rubrica de "Imóveis" compreende o terreno e a edificação onde está localizado o escritório de propriedade da Resseguradora.

30/06/2018				
Intangível	Saldo inicial	Aquisições	Amortização	Saldo final
Licença de <i>softwares</i>	2	-	(1)	1
Total	2	-	(1)	1

30/06/2017				
Intangível	Saldo inicial	Aquisições	Amortização	Saldo final
Licença de <i>softwares</i>	3	-	(1)	2
Total	3	-	(1)	2

9. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas estão assim apresentadas:

Partes relacionadas	País	Descrição	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017
			Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
MAPFRE RE, Companhia de Reaseguros S.A.	Espanha	Prêmios cedidos em retrocessão	(2.883)	(3.880)	(6.800)	(17.287)
		Recuperação de sinistros	20.617	4.373	31.306	8.305
		Outras receitas operacionais	24	87	187	725
MAPFRE Global Risks, Cia. Intl. de Seg.y Reaseguros S.A.	Espanha	Prêmios cedidos em retrocessão	(16.045)	(25.762)	144	(1.438)
		Recuperação de sinistros	-	218	-	-
		Outros créditos a receber	587	889	-	64
Grupo MAPFRE	Brasil	Operações de resseguro	29.394	19.648	(11.547)	(10.905)
		Operações de seguros	-	-	(19)	(18)
		Operações de previdência privada	-	-	(59)	(65)

A Resseguradora efetuou operações de resseguro com empresas do Grupo BB & MAPFRE e Grupo MAPFRE Brasil.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

	30/06/2018	30/06/2017
Honorários de diretoria	881	987
Encargos sobre honorários da diretoria	98	250
Participação nos lucros	283	445

A Resseguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações. Os saldos supramencionados estão registrados na rubrica "Despesas administrativas".

10. Depósitos de terceiros

Os saldos de depósitos de terceiros estão assim apresentados:

	30/06/2018	31/12/2017
De 1 a 30 dias	2.699	1.199
De 31 a 60 dias	645	22
De 61 a 120 dias	1.382	206
De 121 a 180 dias	746	300
De 181 a 365 dias	473	-
Total	5.945	1.727

11. Impostos e contribuições

Circulante	30/06/2018	31/12/2017
Imposto de renda a recolher	3.603	8.704
Antecipação de imposto de renda	(2.426)	(8.704)
Contribuição social a recolher	2.905	7.197
Antecipação de contribuição social	(1.886)	(7.197)
COFINS a recolher	649	230
PIS a recolher	105	37
Total	2.950	267

12. Contas a pagar

a) Circulante

Obrigações a pagar	30/06/2018	31/12/2017
Provisões diversas indedutíveis	433	1.215
Provisão de participação nos lucros	408	816
Fornecedores e prestadores de serviços	68	119
Remunerações a pagar	13	9
Juros sobre capital próprio a pagar	-	10.405
Total	922	12.564

b) Não circulante

Outras Contas a pagar	30/06/2018	31/12/2017
COFINS a recolher	643	1.056
PIS a recolher	105	205
Tributos diferidos	25	-
Total	773	1.261

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2018, o capital social subscrito e totalmente integralizado está representado por R\$ 100.040 (R\$ 100.040 em 31 de dezembro 2017), dividido em 83.494.279 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas/quotistas	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
	de ações	(em R\$)	de ações	(em R\$)
	30/06/2018	30/06/2018	31/12/2017	31/12/2017
MAPFRE RE, Companhia de Reaseguros S.A.	83.494.278	100.039.583	83.494.278	100.039.583
MAPFRE Assistência S.A.	1	1	1	1
Total	83.494.279	100.039.584	83.494.279	100.039.584

b) Juros sobre o capital próprio

Em 31 de dezembro de 2017, de acordo com a deliberação dos acionistas, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, com base nos resultados apurados no exercício de 2017 no valor de R\$ 12.242. O benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do lucro sobre o capital próprio foi de R\$ 5.509. O valor da distribuição de juros sobre o capital próprio foi provisionado na rubrica "Obrigações a pagar" em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 10.405 e pago em maio de 2018. Não houve distribuição de juros sobre o capital próprio no semestre findo em 30 de junho de 2018.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

d) Reserva de lucros

A reserva de lucros é constituída com a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição de reserva legal e a distribuição de dividendos e é constituída até o limite do capital social.

14. Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e Exigência do Capital (EC)

O objetivo da Resseguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de maximizar o retorno sobre o capital dos acionistas.

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 (alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 e Resolução CNSP nº 360/2017), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o Capital-Base (CB) e o Capital de Risco (CR).

A Resseguradora apurou o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional, conforme demonstrado abaixo:

a) Demonstrativo do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)

	<u>30/06/2018</u>
1. Patrimônio líquido	184.955
(-) Despesas antecipadas	(41)
(-) Ativos intangíveis	(1)
Ajustes contábeis (a)	(42)
55% da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	26
Ajustes econômicos (b)	26
2. Patrimônio líquido ajustado - PLA c = (a+b)	184.939

b) Demonstrativo do Cálculo do Capital Mínimo (CMR)

	<u>30/06/2018</u>
3. Capital-base - CB - Resolução CNSP 321/15 (d)	60.000
Capital de risco de crédito	17.327
Capital de risco de subscrição	42.073
Capital de risco operacional	2.537
Capital de risco de mercado	8.061
Benefício da diversificação	(11.749)
4. Capital de risco - CR (e)	58.249
5. Capital mínimo requerido - CMR - (f) = maior entre (d) e (e)	60.000
Suficiência de capital g = (c-f)	124.939
Suficiência de capital (% da EC) (g÷f)	208,23%
Índice de solvência (c÷f)	3,08

c) Demonstrativo de Liquidez do Capital de Risco (CR)

	<u>30/06/2018</u>
Capital de risco - CR (e)	58.249
Ativos líquidos em excesso a necessidade de cobertura das provisões técnicas (h) - (nota 16)	64.057
Índice de liquidez em relação ao CR = (h÷e) (exigência >=20%)	109,97%

15. Provisões técnicas

Detalhamento das provisões técnicas

	PASSIVO									
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)		Provisão de sinistros a liquidar (PSL)		Sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)		Provisão de excedentes técnicos (PET)		Total (a)	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Patrimonial	51.218	54.852	140.931	230.855	158.069	30.451	3.238	2.827	353.456	318.985
Petróleo (c)	11	11	510	2.523	496	105	-	-	1.017	2.639
Responsabilidade civil	3.045	1.252	6.367	10.286	4.715	841	5	5	14.132	12.384
Automóvel	241	417	137	632	634	136	-	-	1.012	1.185
Transportes	3.293	5.630	5.114	10.745	5.547	1.664	-	-	13.954	18.039
Riscos financeiros	34.964	40.554	85.762	121.655	22.449	7.966	3.176	2.789	146.351	172.964
Pessoas coletivo	3.942	2.519	11.125	27.026	14.254	5.505	4.818	4.959	34.139	40.009
Habitacional	2.171	3.021	781	9.422	9.376	2.148	2.753	4.372	15.081	18.963
Rural	804	799	1.014	1.884	1.648	337	9	-	3.475	3.020
Pessoas individual	2.516	1.889	8.487	2.819	15.322	819	1.421	1.199	27.746	6.726
Marítimos	448	372	515	1.689	910	228	451	458	2.324	2.747
Aeronáuticos	-	-	3.289	5.546	2.722	545	-	-	6.011	6.091
Provisões técnicas brutas (a)	102.653	111.316	264.032	425.082	236.142	50.745	15.871	16.609	618.698	603.752

	ATIVO									
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)		Provisão de sinistros a liquidar (PSL)		Sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)		Provisão de excedentes técnicos (PET)		Total (b)	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Patrimonial	9.815	7.787	64.031	104.332	68.820	13.568	947	921	143.613	126.608
Petróleo (c)	-	-	-	430	496	105	-	-	496	535
Responsabilidade civil	1.874	417	2.349	5.112	1.835	410	-	-	6.058	5.939
Automóvel	-	-	-	16	-	-	-	-	-	16
Transportes	21	-	376	1.147	1.783	138	-	-	2.180	1.285
Riscos financeiros	29.527	34.677	78.852	105.345	20.510	5.642	2.457	2.190	131.346	147.854
Pessoas coletivo	-	-	1.525	1.900	876	89	1.652	1.652	4.053	3.641
Rural	801	785	926	1.250	1.332	317	1	-	3.060	2.352
Pessoas individual	-	-	5.487	-	-	-	13	13	5.500	13
Marítimos	-	7	45	156	101	18	205	205	351	386
Aeronáuticos	-	-	477	2.711	2.580	484	-	-	3.057	3.195
Ativos de retrocessão (b)	42.038	43.673	154.068	222.399	98.333	20.771	5.275	4.981	299.714	291.824
Provisões técnicas líquidas (a) - (b)	60.615	67.643	109.964	202.683	137.809	29.974	10.596	11.628	318.984	311.928

- (a) Os valores estão compostos na linha "Provisões técnicas - resseguradoras", onde o valor destacado no curto prazo é de R\$ 197.818 (R\$ 207.053 em 31 de dezembro de 2017) e no longo prazo de R\$ 420.880 (R\$ 396.699 em 31 de dezembro de 2017).
- (b) Os valores estão compostos na linha "Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas", onde o valor destacado no curto prazo é de R\$ 59.438 (R\$ 55.413 em 31 de dezembro de 2017) e no longo prazo de R\$ 240.276 (R\$ 236.411 em 31 de dezembro de 2017).
- (c) O grupo de ramo Riscos Especiais foi segregado em Riscos de Petróleo, Riscos Nucleares e Satélite, conforme Circular SUSEP nº 535, de 28 de abril de 2016.

a) Passivos de contratos de resseguros - movimentação

		<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
	<u>Referência</u>	<u>Obrigações de contratos de resseguros</u>	<u>Obrigações de contratos de resseguros</u>
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	(1)	102.653	110.855
Provisão de sinistros a liquidar	(2)	264.032	379.999
Provisão de IBNR	(3)	236.142	67.236
Provisão de excedente técnico (PET)	(4)	15.871	15.300
Total das obrigações de contratos de resseguro		618.698	573.390
		Contratos de resseguros	Contratos de resseguros
(1) Provisão de prêmios não ganhos - PPNG		111.316	114.534
Saldo no início do período		111.316	114.534
Reversões no período		(8.663)	(3.679)
Saldo no final do período		102.653	110.855
		Contratos de resseguros	Contratos de resseguros
(2) Provisão de sinistros a liquidar		425.082	373.891
Saldo no início do período		425.082	373.891
Baixas/(constituições) no período		(161.050)	6.108
Saldo no final do período		264.032	379.999
		Contratos de resseguros	Contratos de resseguros
(3) Provisão de IBNR		50.745	76.809
Saldo no início do período		50.745	76.809
Constituições/(reversões) no período		185.397	(9.573)
Saldo no final do período		236.142	67.236
		Contratos de resseguros	Contratos de resseguros
(4) Provisão de excedente técnico - PET		16.609	14.562
Saldo no início do período		16.609	14.562
(Reversões)/constituições no período		(738)	738
Saldo no final do período		15.871	15.300

b) Ativos de contratos de resseguros (retrocessão) - movimentação

		<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
	<u>Referência</u>	<u>Créditos de contratos de retrocessão</u>	<u>Créditos de contratos de retrocessão</u>
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	(1)	42.038	59.043
Provisão de sinistros a liquidar	(2)	154.068	209.202
Provisão de IBNR	(3)	98.333	34.064
Provisão de excedente técnico (PET)	(4)	5.275	5.285
Total dos créditos de contratos de retrocessão		299.714	307.594
		Contratos de retrocessão	Contratos de retrocessão
(1) Provisão de prêmios não ganhos - PPNG			
Saldo no início do período		43.673	50.374
Reversões/(constituições) no período		(1.635)	8.669
Saldo no final do período		42.038	59.043
		Contratos de retrocessão	Contratos de retrocessão
(2) Provisão de sinistros a liquidar			
Saldo no início do período		222.399	205.285
Baixas/(constituições) no período		(68.331)	3.917
Saldo no final do período		154.068	209.202
		Contratos de retrocessão	Contratos de retrocessão
(3) Provisão de IBNR			
Saldo no início do período		20.771	44.336
Constituições/(reversões) no período		77.562	(10.272)
Saldo no final do período		98.333	34.064
		Contratos de retrocessão	Contratos de retrocessão
(4) Provisão de excedente técnico - PET			
Saldo no início do período		4.981	4.761
Constituições no período		294	524
Saldo no final do período		5.275	5.285

16. Cobertura das provisões técnicas

Os ativos designados em garantia das provisões técnicas estão assim compostos:

	30/06/2018	31/12/2017
Total dos ativos financeiros garantidores	379.571	396.053
Provisões técnicas		
(+) Provisão de resseguro - PPNG	102.653	111.316
(+) Provisão de sinistros - PSL	264.032	425.082
(+) Provisão de sinistros - IBNR	236.142	50.745
(+) Provisão de resseguro - PET	15.871	16.609
Total das provisões técnicas (a)	618.698	603.752
Ativos redutores de provisões técnicas		
(-) Provisão de resseguro - PPNG (*)	23.971	25.535
(-) Provisão de sinistros - PSL	154.068	222.399
(-) Provisão de sinistros - IBNR	98.333	20.771
(-) Provisão de resseguro - PET	5.275	4.981
(-) Direitos creditórios (**)	21.537	19.930
Total dos ativos redutores (b)	303.184	293.616
Total a ser coberto (a) - (b)	315.514	310.136
Suficiência (vide nota 14b)	64.057	85.917

(*) O valor informado está calculado de acordo com a Circular SUSEP nº 517/2015.

(**) Utilização dos direitos creditórios, conforme disposto nos artigos 59 e 60, da Circular SUSEP nº 517/2015.

17. Gerenciamento de riscos

A Resseguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco de resseguro;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

A finalidade desta nota é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Resseguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

A Resseguradora conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes do modelo internacional COSO II-ERM e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas mundiais do Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como teste de adequação de passivos, análises de sensibilidade, indicadores de solvência de capital, dentre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos com resultados de alta avaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles.

Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituíram-se os seguintes comitês:

Comitê financeiro: constituído com o caráter de análise e avaliação das questões ligadas a aspectos de finanças. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Diretoria, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.

Comitê diretivo: este comitê tem por finalidade zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Resseguradora, bem como definir a estratégia de negócios.

A Administração revisa e estabelece políticas para gestão dos riscos de resseguro, crédito, liquidez, mercado e operacional, os quais são resumidos a seguir:

Risco de resseguro

O principal risco para a Resseguradora nos contratos de resseguro é o de que pagamentos de sinistros não correspondam às expectativas de sinistralidade para os contratos. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, sua severidade, valores efetivamente pagos e, histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Resseguradora é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos.

A exposição de risco acima é reduzida por meio da diversificação da carteira de contratos de resseguros. A diversificação de riscos é também melhorada por meio de seleção criteriosa e a implementação de diretrizes prudenciais sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante para realização de eventuais ajustes. As diretrizes de avaliação de riscos são mensuradas conforme critérios estabelecidos pela MAPFRE RE, Companhia de Resseguros S.A.

A Resseguradora retrocede e adquire proteções como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais. Na retrocessão proporcional, a Resseguradora cede os riscos na mesma proporcionalidade em que seus sinistros são recuperados. As proteções são compradas em

Prêmios emitidos por tipo de contrato

A Resseguradora não realiza a segregação dos prêmios por região geográfica brasileira. Para fins de análise de risco, o Brasil é utilizado como uma única região geográfica e a Resseguradora faz a análise de prêmios considerando-o uma única região.

A tabela abaixo demonstra a concentração dos prêmios emitidos e o comissionamento dos contratos de resseguros por grupo de ramos:

	Prêmios emitidos brutos		Comissões de resseguros (cedentes)		Prêmios líquidos (c) = (a) - (b)	
	(a)		(b)		(c) = (a) - (b)	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Patrimonial	66.263	63.330	7.271	7.762	58.992	55.568
Riscos financeiros	8.827	20.869	3.394	4.888	5.433	15.981
Pessoas coletivo	7.592	8.677	913	102	6.679	8.575
Pessoas individual	6.542	4.636	-	855	6.542	3.781
Habitacional	5.733	8.388	2.239	2.863	3.494	5.525
Responsabilidade civil	4.012	824	318	(42)	3.694	866
Transporte	1.853	2.855	103	291	1.750	2.564
Rural	1.577	1.402	473	252	1.104	1.150
Automóvel	408	323	-	-	408	323
Marítimo	313	520	14	89	299	431
Aeronáutico	-	211	-	-	-	211
Total	103.120	112.035	14.725	17.060	88.395	94.975

A tabela abaixo demonstra a concentração dos prêmios emitidos líquidos dos contratos de retrocessão por grupos de ramos:

	Prêmio emitido líquido (a)	
	30/06/2018	30/06/2017
Patrimonial	41.069	29.184
Pessoas coletivo	6.679	8.575
Pessoas individual	6.542	3.781
Habitacional	3.494	5.525
Riscos financeiros	3.437	4.326
Transporte	1.719	2.566
Responsabilidade civil	950	794
Automóvel	408	323
Marítimo	300	395
Rural	41	(117)
Aeronáutico	-	211
Total	64.639	55.563

(a) O valor informado composto está líquido dos efeitos das operações de retrocessão.

	Prêmios emitidos líquidos por moeda	
	30/06/2018	30/06/2017
Real - BRL	63.834	53.671
Dólar - USD	805	1.892
Total	64.639	55.563

Principais premissas

A principal premissa relativa às estimativas de passivos é a evolução de sinistros futuros da Resseguradora que seguirá um padrão semelhante ao de sinistros passados. Isso inclui premissas relativas ao custo médio de sinistros, custo de tratamento de sinistros, fatores de inflação sobre o valor e número de sinistros para cada período, tendo o fato que não observamos nenhum fator futuro que altere esta premissa.

Sensibilidade

Os passivos de contratos de resseguro dos ramos elementares são sensíveis às principais premissas apresentadas abaixo. A análise a seguir é realizada para variações razoavelmente possíveis nas principais premissas, mantendo todas as demais premissas constantes, mostrando o impacto sobre passivo bruto e líquido, lucro antes dos impostos e patrimônio líquido. A correlação de premissas terá um efeito significativo na determinação do passivo por sinistros, contudo, para demonstrar o impacto de mudanças nas premissas, essas tiveram que ser alteradas de forma individual. As variações nas referidas premissas não são lineares.

Os percentuais de variação das premissas são calculados com base na variação dos sinistros incorridos considerando a média dos últimos 24 (vinte e quatro) meses sendo aplicados sobre a Provisão de Sinistros líquida dos efeitos de retrocessão.

30/06/2018					
Premissas	Variação das premissas	Bruto de retrocessão	Líquido de retrocessão	Impacto sobre o lucro antes dos impostos	Impacto sobre o patrimônio líquido (*)
Elevação nas provisões de sinistros	1,1%	(6.155)	3.519	(2.636)	(1.551)
Redução nas provisões de sinistros	1,1%	6.155	(3.519)	2.636	1.551

30/06/2017					
Premissas	Variação das premissas	Bruto de retrocessão	Líquido de retrocessão	Impacto sobre o lucro antes dos impostos	Impacto sobre o patrimônio líquido (*)
Elevação nas provisões de sinistros	1,52%	(5.993)	2.919	(3.074)	(1.691)
Redução nas provisões de sinistros	1,52%	5993	(2.919)	3.074	1.691

(*) O impacto sobre o patrimônio líquido reflete ajustes de impostos.

Tabela de evolução de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros ilustra a evolução dos sinistros incorridos acumulados pela MAPFRE RE para cada ano de subscrição dos contratos. Partindo do ano em que o contrato de resseguro foi subscrito, a parte superior do quadro demonstra a evolução dos sinistros incorridos acumulados no decorrer dos anos. Os montantes de sinistros incorridos acumulados variam à medida que as informações mais atualizadas são obtidas através das prestações de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos.

A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis na data-base dessas demonstrações financeiras intermediárias e a tabela de desenvolvimento de sinistros está líquida dos efeitos de IBNR.

Sinistros brutos de Retrocessão

	Ano de subscrição do contrato										
	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	Total
Montante avisado de sinistros											
No ano de subscrição	64.950	10.635	9.241	17.803	31.981	67.099	75.854	25.432	27.790	28.387	359.172
Um ano após o ano de subscrição	-	19.254	41.818	44.888	87.068	90.329	99.722	116.334	82.287	50.176	631.876
Dois anos após o ano de subscrição	-	-	14.186	16.261	36.831	12.134	22.245	22.034	39.576	16.242	179.509
Três anos após o ano de subscrição	-	-	-	216	9.388	69.072	30.477	7.721	2.858	2.192	121.924
Quatro anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	(893)	3.087	(1.815)	6.562	(876)	2.092	8.157
Cinco anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	4.927	28.173	6.208	6.397	1.964	47.669
Seis anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	9.273	7.159	(6.436)	(517)	9.479
Sete anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	667	457	(492)	632
Oito anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.490)	839	(5.651)
Nove anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.140	3.140
Total de sinistros avisados até a data-base (2018)	64.950	29.889	65.245	79.168	164.375	246.648	263.929	192.117	145.563	104.023	1.355.907
Pagamento de sinistros efetuados	6.434	13.656	48.914	68.439	149.274	161.978	230.937	178.585	137.506	96.152	1.091.875
Sinistros pendentes - saldo contábil na data-base (2018)	58.516	16.233	16.331	10.729	15.101	84.670	32.992	13.532	8.057	7.871	264.032

Recuperação de sinistros de Retrocessão

	Ano de subscrição do contrato										
	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	Total
Montante avisado de sinistros											
No ano de subscrição	58.823	3.177	4.408	17.748	12.780	31.647	59.234	12.677	17.222	6.331	224.047
Um ano após o ano de subscrição	-	2.442	2.094	19.449	20.296	25.817	56.096	95.068	61.877	22.972	306.111
Dois anos após o ano de subscrição	-	-	538	10.449	3.200	2.556	10.843	(6.313)	22.376	8.353	52.002
Três anos após o ano de subscrição	-	-	-	(368)	2.684	60.241	26.880	4.406	5.289	567	99.699
Quatro anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	88	5.711	(3.155)	2.422	(1.676)	1.368	4.758
Cinco anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	381	23.049	1.908	3.948	666	29.952
Seis anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	9.203	3.397	(5.214)	(193)	7.193
Sete anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	378	438	283	1.099
Oito anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.411)	372	(6.039)
Nove anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.102	1.102
Total de sinistros avisados até a data-base (2018)	58.823	5.619	7.040	47.278	39.048	126.353	182.150	113.943	97.849	41.821	719.924
Pagamento de sinistros efetuados	17.870	3.306	3.078	46.253	33.998	58.174	165.640	107.099	91.668	38.770	565.856
Sinistros pendentes - saldo contábil na data-base (2018)	40.953	2.313	3.962	1.025	5.050	68.179	16.510	6.844	6.181	3.051	154.068

À medida que os sinistros ocorrem e existe maior certeza em relação ao seu custo final, o nível relativo de margem mantida deve ser reduzido.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Resseguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivo que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos:

- a) Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte das seguradoras;
- b) Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento; e
- c) Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos resseguradores, intermediários ou outras contrapartes.

Exposição ao risco de crédito de resseguro/retrocessão

A Administração entende que, no que se refere às operações de resseguros, há uma exposição moderada ao risco de crédito, uma vez que a Resseguradora opera com ampla carteira de clientes, todos supervisionados pela SUSEP e com diversos produtos. A Administração adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito.

Em relação às operações de retrocessão, a Resseguradora está exposta a concentrações de risco com retrocessionárias individuais. Os procedimentos de retrocessão só podem ser alterados e efetivados mediante prévia análise creditícia da contraparte e de autorização expressa da controladora.

As aplicações financeiras que demonstram a exposição máxima ao risco de crédito e itens como compromissos futuros, é apresentada pelo valor bruto, antes do efeito da mitigação, por meio do uso de contratos principais de liquidação ou avais (Nota 5).

Ativos financeiros	Agência	Rating		Valor Contábil	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Títulos públicos (*)	Standard & Poor's	AA-	AA-	379.571	396.053

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 62.261 em 30 de junho de 2018 (R\$ 74.228 em 31 de dezembro de 2017), com lastro em títulos públicos.

O sistema de classificação de risco de crédito está fundamentado em uma série de estudos financeiros, combinados com informações mercadológicas processadas de modo a fornecer os principais insumos para a mensuração dos riscos de uma contraparte. Todos os *ratings* internos

de risco são adaptados às diferentes categorias e obtidos de acordo com a política de classificação de riscos adotada pela Resseguradora. Os *ratings* de risco atribuídos são avaliados e atualizados periodicamente.

A Resseguradora avaliou os ativos e passivos originados de contratos de resseguro e retrocessão, conforme tabela abaixo:

Resseguradores (a)	Agência Certificadora	Rating	30/06/2018			31/12/2017		
			Ativo (b)	Passivo	Líquido	Ativo (b)	Passivo	Líquido
Local I	Standard & Poor's	A+	282	-	282	305	-	305
Local II	AM Best	A-	5.350	112	5.238	4.936	100	4.836
Admitida I	Standard & Poor's	A+	1.172	228	944	1.001	195	806
Admitida II	Standard & Poor's	A+	29.562	1.458	28.104	38.978	8.961	30.017
Admitida III	Standard & Poor's	AA-	3.808	742	3.066	3.255	635	2.620
Admitida IV	Standard & Poor's	AA-	1.367	266	1.101	1.168	228	940
Admitida V	Standard & Poor's	AA-	1.953	381	1.572	1.669	325	1.344
Admitida VI	Standard & Poor's	A	147.345	6.983	140.362	98.661	3.880	94.781
Eventual I	AM Best	A	-	16.045	(16.045)	7.110	19.436	(12.326)
Eventual III	Moody's	Baa1	952	-	952	522	6.326	(5.804)
Eventual IV	Fitch	A-	259	-	259	256	601	(345)
Total			192.050	26.215	165.835	157.861	40.687	117.174

(a) O *rating* das resseguradoras estrangeiras foi extraído do site da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), enquanto que os das resseguradoras locais foram extraídos das agências certificadoras.

(b) O valor está composto pela "Provisão de Sinistros a Liquidar" mais a rubrica "Operações com Resseguradores". A Resseguradora não considera os prêmios estimados para composição da nota, uma vez que eles não são líquidos e certos.

Durante o período, não foram excedidos os limites de exposição ao crédito e não foi constatada evidência objetiva de deterioração em passivos de retrocessão. Não foram identificadas evidências objetivas para constituição do *impairment* de resseguro e/ou retrocessão.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que uma entidade enfrente dificuldades em honrar suas obrigações associadas aos instrumentos financeiros.

A Resseguradora dispõe das seguintes políticas e procedimentos visando mitigar sua exposição a risco de liquidez:

A política da Resseguradora está baseada em manter saldos em tesouraria com valores suficientes para cobrir qualquer eventualidade derivada de suas obrigações com cedentes, retrocessionários, fornecedores e prestadores de serviço. A política de investimentos a respeito das operações de resseguros consiste no casamento dos vencimentos das aplicações com as obrigações contraídas pelos contratos de resseguros. Com objetivo de minimizar a exposição a este risco, adicionalmente, a maioria das aplicações de renda fixa são títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional com elevada qualificação de liquidez.

Ativo	30/06/2018				31/12/2017			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
	Caixa e equivalente de caixa	18.527	-	-	18.527	12.175	-	-
Aplicações (*)	110.494	-	269.077	379.571	120.490	12	275.551	396.053
Créditos das operações com seguros e resseguros	126.545	-	-	126.545	126.545	-	-	126.545
Ativos de resseguros	59.438	152.989	87.287	299.714	55.413	156.508	79.903	291.824
Títulos e créditos a receber	31	-	-	31	15.954	-	-	15.954
Despesas antecipadas	41	-	-	41	9	-	-	9
Total ativo	315.076	152.989	356.364	824.429	330.586	156.520	355.454	842.560
Passivo								
Contas a pagar	4.763	773	-	5.536	15.568	1.261	-	16.829
Débitos das operações com seguros e resseguros	41.508	-	-	41.508	48.568	-	-	48.568
Depósito de terceiros	5.945	-	-	5.945	1.727	-	-	1.727
Provisões técnicas - resseguradoras	197.818	288.659	132.221	618.698	207.053	281.909	114.790	603.752
Total passivo	250.034	289.432	132.221	671.687	272.916	283.170	114.790	670.876

(*) Existem saldos registrados nos fundos de investimentos classificados como "Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado", com vencimentos superiores a 1 ano, que podem ser negociados, se necessário for, antes mesmo de seu vencimento.

Risco de mercado

Risco de mercado consiste no risco de flutuações no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado compreende três modalidades de risco: taxa de câmbio (risco de moeda), taxa de juros de mercado (risco de taxa de juros) e preços de mercado (risco de preço).

A política da Resseguradora para risco de mercado estabelece a realização periódica de análise de sensibilidade do valor da carteira de aplicações ao risco de mercado através do Comitê de Investimentos.

- (a) Risco de taxa de câmbio: risco de moeda é o risco de flutuações no valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a mudanças em taxas de câmbio. As transações da Resseguradora são realizadas em reais. Para o risco de moeda, a Resseguradora mantém avaliação sobre o risco de descasamento de saldos ativos e passivos em moeda estrangeira. O controle desse risco é exercido mediante monitoramento das posições ativas e passivas (diferença entre ativos e passivos de operações em moeda estrangeira), com o propósito de identificar o grau de exposição e descasamento. Em 30 de junho de 2018, a Resseguradora possui uma exposição líquida ativa em moeda estrangeira na ordem de R\$ 9.506 (R\$ 27.064 em 31 de dezembro de 2017).
- (b) Risco de taxa de juros de mercado: o risco de taxa de juros consiste no risco de flutuações no valor ou nos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a variações nas taxas de juros de mercado. Os instrumentos de renda fixa expõem a Resseguradora a risco de juros a valor justo.

Sensibilidade a taxas de juros

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros; e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da sua relevância nas posições ativas e passivas da Resseguradora.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.

Os ativos financeiros classificados na categoria “Ativos financeiros mantidos até o vencimento”, são ativos que não serão resgatados antes do seu vencimento, uma vez que a Companhia possui plena capacidade financeira de mantê-los até o seu final. Ainda sim, os títulos classificados nessa categoria não foram excluídos da base para a análise de sensibilidade. Do total de R\$ 379.571 (R\$ 396.053 em 31 de dezembro de 2017) de ativos financeiros, incluindo as operações compromissadas no valor de R\$ 62.261 (R\$ 74.228 em 31 de dezembro de 2017), R\$ 28.403 (R\$ 27.959 em 31 de dezembro de 2017) são ativos classificados como “ativos financeiros mantidos até o vencimento”, e o restante de R\$ 351.168 (R\$ 368.094 em 31 de dezembro de 2017), são ativos classificados como “ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado”.

Impacto no patrimônio líquido/resultado								
Fator de risco	NTN-B		NTN-F		LFT		Operações compromissadas	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Elevação da taxa de juros	171	167	113	112	2.889	2.939	623	742
Redução da taxa de juros	(171)	(167)	(113)	(112)	(2.889)	(2.939)	(623)	(742)

Parâmetros:

- a) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017.
- b) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, e de fatores externos exceto riscos de crédito, mercado e liquidez (como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial). A Resseguradora em consonância com sua matriz MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A. dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas.

18. Detalhamentos das contas de resultado

a) Os principais ramos de atuação e seus índices de sinistralidade e custo de aquisição são:

	Prêmio ganho		Sinistralidade (%)		Custo de aquisição (%)	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
	Patrimonial	62.246	54.157	154	105	3
Riscos financeiros	10.771	16.685	(96)	(33)	-	1
Habitacional	5.963	6.120	(4)	(12)	-	-
Pessoas individual	5.693	4.019	378	7	-	-
Pessoas coletivo	5.397	8.849	(105)	168	2	-
Transportes	4.273	5.170	(50)	59	3	2
Responsabilidade civil	1.901	1.110	15	(93)	2	4
Rural	1.090	703	68	40	-	11
Automóvel	583	615	-	(3)	5	4
Marítimos	248	398	42	(189)	11	1
Aeronáuticos	-	109	-	4.832	-	-
Total	98.165	97.935	103	102	2	1

b) Os principais ramos de atuação e seus índices de sinistralidade e custo de aquisição líquido das operações de retrocessão estão apresentados na tabela abaixo:

	Prêmio ganho líquido de retrocessão (*)		Sinistralidade (%)		Custo de aquisição (%)	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
	Patrimonial	46.378	38.641	123	78	4
Habitacional	5.963	6.120	(4)	(12)	-	-
Pessoas individual	5.693	4.019	282	7	-	-
Pessoas coletivo	5.397	8.849	(116)	158	2	-
Transportes	4.264	5.173	(69)	52	3	2
Riscos financeiros	3.758	3.063	(227)	(43)	1	4
Responsabilidade civil	613	704	248	(173)	7	4
Automóvel	583	591	3	(17)	5	4
Marítimos	242	370	41	(161)	11	2
Rural	44	26	(514)	(312)	2	280
Aeronáuticos	-	109	-	4.777	-	-
Total	72.936	67.665	79	71	3	2

(*) O valor está representado na linha de prêmio ganho e no resultado de retrocessão.

c) Prêmios emitidos líquidos

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Prêmios emitidos	81.116	92.302
Prêmios estimados - EPI	7.279	2.673
Total	88.395	94.975

d) Sinistros ocorridos

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(185.397)	9.573
Despesas com sinistros	(106.584)	(73.772)
Ajustes de PSL - IBNER (*)	190.709	(7.994)
Total	(101.272)	(72.193)

(*) A Resseguradora calculava a Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR com base nos percentuais dispostos na Circular SUSEP n. 448, de 4 de setembro de 2012, o que gerava a necessidade de uma provisão adicional que era realizada através da rubrica de Ajustes de PSL - IBNER. Em janeiro de 2018, a Resseguradora passa a calcular a IBNR com base em índices próprios e em função da nova triangulação não há a necessidade de realização de provisões complementares de sinistros.

e) Custos de aquisição

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Despesas com corretagem de resseguros	(2.057)	(1.456)

f) Resultado com retrocessões

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Ajustes de PSL - IBNER (*)	(98.571)	1.709
Prêmios de retrocessão líquidos	(16.735)	(36.586)
Prêmios de retrocessão estimados - EPI	(7.021)	(2.825)
Varição das despesas de retrocessão	(1.473)	9.142
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	77.562	(10.272)
Recuperação de sinistros	64.485	32.573
Receitas com participações nos lucros	3	6
Outras receitas / (despesas) operacionais	386	615
Total	18.636	(5.638)

(*) A Resseguradora calculava a Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR com base nos percentuais dispostos na Circular SUSEP n. 448, de 4 de setembro de 2012, o que gerava a necessidade de uma provisão adicional que era realizada através da rubrica de Ajustes de PSL - IBNER. Em janeiro de 2018, a Resseguradora passa a calcular a IBNR com base em índices próprios e em função da nova triangulação não há a necessidade de realização de provisões complementares de sinistros.

g) Despesas administrativas

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Com pessoal próprio e encargos sociais	(3.246)	(3.627)
Com serviços de terceiros	(297)	(385)
Com localização e funcionamento	(339)	(273)
Com depreciação/amortização	(133)	(107)
Com publicações	(123)	(122)
Com publicidade e propaganda	-	(1)
Outras despesas administrativas	(45)	(30)
Total	(4.183)	(4.545)

h) Despesas com tributos

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
COFINS	(3.343)	(2.788)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(519)	(501)
PIS	(564)	(462)
Impostos municipais	(17)	(16)
Contribuição sindical	(1)	(55)
Impostos estaduais	(8)	(16)
Impostos federais	-	(3)
Total	(4.452)	(3.841)

i) Resultado financeiro

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Receitas		
Receitas com títulos de renda fixa	12.689	20.318
Receitas com oscilação cambial	15.828	10.201
Outros	744	407
	29.261	30.926
Despesas		
Despesas com oscilação cambial	(13.366)	(10.238)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(153)	(77)
Juros SELIC sobre provisão de PIS e COFINS	(139)	(184)
	(13.658)	(10.499)
Total	15.603	20.427

j) Outras receitas e despesas

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Outras despesas com operações de resseguro (*)	(4.364)	(2.022)

(*) Trata-se de despesas incidentes nos pagamentos de lucros atribuídos sobre o resultado dos contratos de resseguro.

19. Imposto de renda e contribuição social

Em 30 de junho de 2018 e 2017, as apurações de imposto de renda e contribuição social estão assim representadas:

Descrição	Imposto de renda		Contribuição social	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Resultado antes dos impostos e participações	16.100	28.677	16.100	28.677
Participações	(370)	(356)	(370)	(356)
Resultado ajustado	15.730	28.321	15.730	28.321
Adições (exclusões) temporárias:				
Provisão para participação nos lucros	(407)	(390)	(407)	(390)
Outras provisões	(782)	(304)	(782)	(304)
Ajustes RTT	(31)	(61)	(31)	(61)
Adições (exclusões) permanentes:				
Multas	17	-	17	-
Outras	-	14	-	14
Lucro fiscal do exercício	14.527	27.580	14.527	27.580
Total de imposto de renda e contribuição social	(3.620)	(6.883)	(2.905)	(5.516)
Tributos sobre adições temporárias	(305)	(189)	(244)	(151)
Incentivos Fiscais				
Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	17	16	-	-
Total dos impostos	(3.908)	(7.056)	(3.149)	(5.667)
Taxa efetiva	24,84%	24,91%	20,02%	20,01%

20. Outras informações

- A Resseguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o período findo em 30 de junho de 2018 totalizaram R\$ 59 (R\$ 65 em 30 de junho de 2017).
- Em 30 de junho de 2018, a Resseguradora não possui processos em demanda judicial que impactam em perdas patrimoniais e financeiras.

21. Eventos subsequentes

- A Resseguradora sofrerá redução da alíquota da Contribuição social sobre o lucro líquido de 20% para 15% a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015.

Diretor-Presidente

Javier Sanchez Cea

Diretor Administrativo-Financeiro

Fredi Martins Curquejo

Diretor Técnico

Ramón Aymerich Portuondo

Contadora

Valdirene Veiga da Silva

CRC 1SP200328/O-7

Atuário

Fabio Marcondes de Sousa

MIBA nº 1360